

produção de obras de arte é substituído pelo gosto das honrarias. Mas em questão de honrarias, o dever de um professor de literatura é sempre *ser* e não *parecer*. Por isso, Camões já no século XVI tinha razão quando afirmou sobre essa questão de glórias mundanas:

*Mais vale merecê-las sem as ter
Que possuí-las sem as merecer.*

Para uma sistemática sócio-cultural dos estudos de desenvolvimento

TARCÍZIO QUIRINO

I

Um dos pontos que mais tem recebido contribuição para a compreensão do mundo e do homem atual é o estudo do desenvolvimento econômico. O que percebe, porém, o estudioso que se inicia na multiplicidade dessas contribuições, é que, à diversidade das posições e correntes, se junta o específico das abordagens dos diferentes ramos das ciências sociais, ambos ainda mais diversificados pelo emaranhado dos níveis e pela variedade dos prismas e das situações vivenciais que o assunto comporta estudar.

Este artigo procura discutir alguns pontos selecionados da problemática desses estudos, relacionando-os uns com os outros, de modo que facilite a compreensão das diferentes contribuições, possibilitando integrá-las com os demais estudos de desenvolvimento, de forma, se não sistemática, pelo menos esquemática.

Para quem pretende preocupar-se com um tema que faz parte da Sociologia do Desenvolvimento, um dos requisitos metodológicos iniciais é deixar claro as coordenadas teóricas do conceito geral de desenvolvimento econômico. Essa clareza é tanto mais importante, quanto mais o estudo dos fenômenos ligados ao desenvolvimento econômico está ainda em pleno processo de elaboração.

Sendo o desenvolvimento econômico, em primeiro lugar, objeto da ciência econômica, é natural que fôsse ela a primeira que se aplicou ao seu estudo. O recente aparecimento da

Sociologia do Desenvolvimento como disciplina sociológica especial, surgiu da necessidade que sentiram outros cientistas sociais, homens políticos e pessoas mais, que, na prática ou na teoria, se defrontavam com o problema do subdesenvolvimento, de procurar nas demais ciências sociais as respostas que a economia não podia fornecer por si só para êle.

A economia, desde os seus iniciadores na Inglaterra do século XIX, tem-se preocupado direta ou indiretamente de esclarecer, o *processo* do desenvolvimento econômico. Adam Smith, Stuart Mill, Ricardo, quando estudaram o modelo e o funcionamento do sistema econômico, elaboraram, de um modo ou de outro, uma teoria do desenvolvimento econômico. (1)

Os estudos mais recentes, a partir de Marx até os pós-keinsianos, incluíram a dinâmica econômica como um dos pontos de seus modelos, dando, por isso, ainda maior ênfase ao processo. Mas, apesar disso, os economistas estão longe de chegar a uma teoria que consiga a adesão unânime dos estudiosos e explique cabalmente o fenômeno.

Os economistas definem como teoria do desenvolvimento econômico a que "trata de explicar, numa perspectiva macro-econômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produtividade e na forma como se distribui e utiliza o produto social" (2). Os sociólogos precisam ter uma definição que delineie e enfatize um pouco mais os aspectos sociais dos problemas, sendo, assim, mais inclusiva. Por isso queremos partir de uma definição que, embora saliente e fundamente o conceito econômico, dá maior ênfase aos outros componentes: "Desenvolvimento é um processo inédito e irreversível de mudança social, através do qual se instaura numa região um mecanismo de crescimento econômico cumulativo e diferenciado" (3). Com efeito, estão aí englobados todos os elementos que caracterizam o fenômeno, não só sob o ponto de vista macro-econômico, ("um mecanismo endógeno de crescimento cumulativo e diferenciado"), mas também social, ("um processo... de mudança social") e histórico ("processo inédito e irreversível").

Uma definição de desenvolvimento econômico, sobretudo quando deseja transcender o nível de simples descrição do fenômeno como se apresenta aos olhos do observador atual, fala em "processo". Nada mais justo e correto. Mas isso não deve fazer esquecer o estado atual dêsse processo, ou seja, a feição que as sociedades desenvolvidas apresentam hoje.

O desenvolvimento através de seu "mecanismo endógeno de crescimento econômico cumulativo e diferenciado", chegou a criar a sociedade de massas, onde o consumo e a produção são efetuados em números tais, que conferem à sociedade características de organização econômica e social como nunca existiram no passado". "Êsse consumo e produção em massa fez com que se mudasse a ênfase das análises, que, passando dos problemas da criação e distribuição das riquezas, chegou à concepção mais ampla de "desenvolvimento social" e de "civilização".

A nosso ver o alargamento da visão sobre o desenvolvimento econômico foi resultado, não só da acumulação lenta e progressiva de estudos sobre o tema, mas também, do próprio amadurecimento do sistema, que antes se achava em plena fase de formação. Só depois dêsse amadurecimento é que as coordenadas puderam ser definidas e se distinguiram melhor os componentes essenciais e aqueles acidentais.

Raymond Aron (4) salienta que, mais útil que a definição de subdesenvolvimento, é a de desenvolvimento. As razões dessa afirmativa são algumas das idéias básicas em que nos vamos apoiar para construir o sistema teórico que tomamos como referência.

As discussões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, como se apresentam hoje, tanto no campo científico, como no campo do tratamento diário do problema, oscilam desde as concepções filosóficas com finalidade de explicar o mais universal, até às motivações psicosociológicas e individuais. Ao lado da riqueza de perspectiva que nos oferece tanta largueza na gama das explicações oferecidas, há o perigo, muitas vezes efetivados, de se conduzirem, em níveis diversos, discussões de posições que em si próprias não são antagônicas, levando a resul-

tados exatamente o contrário de esclarecedores dos problemas abordados. Por isso queremos nos permitir traçar um esquema condutor que em si não pretende ser de todo original, nem tem por finalidade esgotar o assunto, mas poderá servir para concatenar os diversos níveis de abstração em que o problema desenvolvimento-subdesenvolvimento é tratado, explicitando, assim, coordenadas teóricas, que nos poderão levar um pouco mais longe na abordagem do tema.

Como primeiro ponto, queremos caracterizar o desenvolvimento econômico como um fato histórico-cultural. Se tomarmos a história da humanidade como âmbito de nossa análise, poderemos representá-la gráficamente por uma linha que se inicia em um ponto do tempo convencional ainda não satisfatoriamente bem definido (mais ou menos 50.000 anos atrás), indicativo do momento em que o homem apareceu sobre a terra, estende-se por um período mais longo, durante o qual a história da humanidade não é objeto da ciência histórica, continuando através do período mais recente (mais ou menos 5.500 anos atrás), cujos fatos mais relevantes nos são conhecidos, e tendo seu ponto final em movimento para o futuro, mas, sob o ponto de vista do observador humano, fixado no momento presente: o ponto "hoje". Se nessa linha indicarmos o fenômeno do desenvolvimento econômico, veremos que ele é uma novidade que só aparece no segmento da linha da história que fica mais próximo ao ponto *hoje*. Não há exemplos históricos, exceto o atual, de sociedades que hajam alcançado o desenvolvimento econômico, tal como o tomamos na definição acima. Antes da Revolução Industrial houve sociedades que aumentaram a quantidade de bens de consumo e de capital disponíveis, mas nenhuma instalou "um mecanismo endógeno de crescimento econômico cumulativo e diferenciado".

Em recente artigo o Prof. Bicánic (5) partindo da definição corrente de crescimento econômico, propõe distinguir um crescimento em três dimensões: "o crescimento vertical, ou acrescentamento do capital real *per capita*; um crescimento horizontal, ou acrescentamento da interdependência econômica; e o crescimento em profundidade, ou acrescentamento qualitativo do capital". Como desenvolvimento econômico ele entende

"um crescimento econômico devido a uma ação consciente do homem, levado a efeito voluntariamente, como uma elevação do nível de equilíbrio (ou de quase-equilíbrio) de um certo nível a outro, graças a meios autônomos". Nós preferimos conservar o conceito de crescimento econômico como tem sido usado até aqui (6), o qual enfatiza no aumento da renda *per capita* em um período dado, o que o Prof. Bicánic denomina de crescimento vertical, e considerar o que ele classifica como crescimento horizontal e em profundidade, como dimensões do desenvolvimento econômico. Reservamos a introdução do conceito de ação consciente do homem no agenciamento do desenvolvimento econômico para mais tarde.

A expressão "desenvolvimento econômico" é usada para designar igualmente um fenômeno de duas maneiras diferentes: a) como *processo*, englobando, neste caso, toda a fase de implantação em uma região, inclusive aquela que se encontra antes do momento que Rostow chama de "take-off" (7). Neste sentido se fala de países "em vias de desenvolvimento", os quais, embora sejam subdesenvolvidos, já se encontram engajados no processo. Isso faz pensar na possibilidade da existência de países ou regiões que não sejam desenvolvidos, mas também não estejam em vias de desenvolvimento, e, portanto, não sejam subdesenvolvidos. Voltaremos ao assunto mais adiante; b) como designativo do modo de vida de uma sociedade desenvolvida. Neste sentido tem-se em mente o estado de uma sociedade considerada desenvolvida, e as características que a distinguem de uma sociedade não desenvolvida. O desenvolvimento econômico *como processo* é um fato histórico, se adotamos como unidade de teorização o período de tempo correspondente à vida da humanidade sobre a terra e tomando a humanidade como um todo. Usando uma terminologia em analogia com a econômica, poderemos classificar este grau de teorização como macro-histórico, em contraposição à micro-história, que opera com unidades reduzidas de tempo e de espaço. A dificuldade epistemológica dessa distinção, que não é insuperável, é encontrar uma fronteira satisfatória que divida a macro-história da micro-história. Como não desejamos discutir o assunto aqui, limitamo-nos a assinalar que os problemas da periodização históri-

ca pertencem à macro-história, enquanto os fatos biográficos estão no domínio da micro-história.

Explicitado em que sentido classificamos o processo como um fato histórico, vejamos por que ele é um fato cultural: Além do sentido comum e corrente de cultura, entendida como o acervo de conhecimentos de uma determinada pessoa, sobretudo aqueles considerados como aperfeiçoamento do espírito, ilustração, há mais dois sentidos para o termo, os quais tomaremos em consideração aqui (8). No primeiro, o ponto de focalização é o homem e sua relação com a natureza, os outros homens, e o sobrenatural: cultura é o “sistema de idéias, conhecimentos, técnicas e artefatos, de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma sociedade” (9). No segundo, a focalização é espaço-temporal: cultura é, assim entendida, uma unidade espaço-temporal em que uma sociedade conserva e desenvolve mais ou menos o mesmo sistema de “idéias, conhecimentos, técnicas e artefatos, de padrões de comportamento e atitudes”. Em ambos os sentidos o desenvolvimento econômico é um fato cultural. No sentido espaço-temporal, ele surgiu e caracteriza uma sociedade, tanto quanto no sentido estático da primeira definição. Tomados os fatores de produção como constantes, característica que distingue primordialmente a cultura do desenvolvimento econômico de outra cultura que não o possua, são as relações entre o homem e a natureza. A cultura do desenvolvimento econômico caracteriza-se pela eficiência do homem em transformar e *subjugar* a natureza. Essa eficiência se exerce através da tecnologia ou seja, o emprêgo das ciências ao processo de produção, da eficácia ou seja, a consecussão efetiva do fim previsto para uma ação, e da racionalidade (10), ou seja, o emprêgo dos fatores de produção de um modo ótimo.

Uma dificuldade que pode ser levantada a essa abordagem histórico-cultural do desenvolvimento econômico, partiria sobretudo dos economistas e se referiria ao papel do capital no surgimento e manutenção do processo. O uso intensivo do capital como fator de produção, esteja ele apropriado por particulares ou pelo Estado, é um aspecto dessas novas relações entre o homem e a natureza. A análise econômica é unânime em afirmar que o capital se origina dos bens produzidos e não ime-

diatamente consumidos. O não consumo de uma parte dos bens produzidos, embora suponha uma propensão à poupança, não é suficiente por si só para fundamentar a aparição de uma cultura do desenvolvimento econômico. A poupança pode ser usada na simples acumulação da riqueza, em forma de bens não perecíveis, como metais, obras de arte; no uso dos bens para fins não econômicos, como a construção de igrejas, ou de bens de fruição; ou ainda no consumo conspícuo posterior, como se verificou passar-se nas tribos da costa noroeste da América do Norte, em que bens eram destruídos com a finalidade de aumentar o prestígio social e desafiar um rival a fazer o mesmo, sob pena de ser diminuído e envergonhado (11). Na cultura do desenvolvimento, pelo contrário, o capital é empregado como um fator de produção, que permite melhorar o relacionamento entre o homem e a natureza, dando a ele maior eficiência na transformação dos bens da natureza em bens econômicos.

As diversas sociedades apresentam o desenvolvimento econômico realizado em modelos diferentes, dentre os quais os mais importantes como tipologia são o capitalista e o socialista. Todos esses modelos porém, fazem parte de uma mesma cultura, a cultura que Aron (12), considerando como realizada em uma sociedade, denomina de “sociedade científica”. Na realidade é mais próprio falar de uma cultura científica que é compartilhada pelas diversas sociedades desenvolvidas, industriais ou não, as quais têm em comum os característicos de relacionamento com a natureza acima citados, e têm de diferentes, característicos culturais secundários. Falamos de sociedade não industriais que participam da cultura científica, entendendo lembrar aquelas que aplicam as novas relações entre o homem e a natureza para a produção agrícola ou pastoril, como a Austrália e a Nova Zelândia, ambas classificadas como desenvolvidas. Se quiséssemos usar a expressão “cultura industrial” ou “sociedade industrial”, teríamos que falar em agricultura e pecuária industriais. Ao invés disso, preferimos dizer agricultura e pecuária científicas, altamente tecnificadas.

Todos esses diversos modelos de sociedade desenvolvida têm como foco cultural essas novas relações entre o homem e a natureza. O resultado delas é a forma atual como se apresentam

as sociedades modernas: produção em massa, consumo em massa. A fase mais adiantada que alcançou a cultura do desenvolvimento foi a “sociedade da abundância”.

No sentido espacio-temporal, a cultura científica, como todas as outras culturas atualmente existentes sobre a terra, apareceu como efeito da mudança cultural. Ela se liga ao ciclo cultural maior, que teria começado na Grécia, continuando em Roma, recebido o Cristianismo, atravessado a Idade Média, e chegando à assim denominada “civilização cristã-ocidental moderna”. Essa classificação, porém, embora correta, está a um primeiro nível de abstração. Em um segundo nível, o desenvolvimento econômico é uma unidade ou ciclo cultural em si próprio, que se iniciou em torno do ano de 1750 na Europa ocidental e nos Estados Unidos da América do Norte, com a revolução industrial, o qual adotamos denominar com Aron de cultura científica. A revolução industrial inaugurou um processo novo nas relações entre o homem e a natureza, porque o homem começou a se comportar diferentemente: até ali ele procurava *reforçar* as forças musculares, suas e dos animais, que eram usadas como fontes de energia. Daí por diante ele passou a *substituir* sistematicamente essas forças por outras de origem inorgânica, como resume Calderan Beltrão. (13)

Esse ciclo cultural não surgiu porém em todos os lugares aonde havia sociedades pertencentes à cultura cristã ocidental, mas somente, de início, nos países da Europa do noroeste e nos Estados Unidos. Com o tempo ele se foi expandindo para outras regiões.

Talvez porque a economia política tenha sido a primeira a tratar do problema, o desenvolvimento é estudado quase sempre tomando como base a unidade político-territorial de um país. Só muito recentemente foi sentida a necessidade de tratar o problema em sub-áreas de países. O desenvolvimento ou subdesenvolvimento regional, que tal estudo toma em consideração, certamente estará ligado também ao problema das sub-regiões culturais, mas nós o deixaremos de lado por enquanto. Por isso tomaremos, nesta fase da análise, o país, “grosso modo” como unidade política-cultural. Algumas vezes essas unidades são

reunidas, para abordagem, em sistemas supra-nacionais. Estes partem, porém, de conceito básico de países, que se reúnem sem perder a soberania e as características distintivas.

A criação e instalação da cultura científica teve suas causas, que diversos sociólogos dos mais famosos estudaram e sobre que apresentaram hipóteses. Max Weber explica o surgimento do capitalismo — que é uma das formas sob que se apresenta organizada a sociedade científica — ligando-a à ética protestante, sobretudo calvinista. Hosellitz leva o exame do problema para terreno mais neutro e apresenta os três pares de variáveis (“atribuição-realização, particularismo-universalismo, difusão funcional-especialidade funcional”) (14), estrutural-funcionais de Persons, segundo ele próprio afirma, refazendo, depois, a idéia de Schumpeter sobre o empreendedor, e analisando-o como “deviant”. Toda uma ala de sociólogos americanos, como McClelland, Hagen, Rosen, Kunkel estão apresentando teorias psico-sociológicas do desenvolvimento econômico. Morgan começa mesmo um artigo dizendo que “Se personalidade ou cultura afetam o desenvolvimento econômico, eles devem fazê-lo através do comportamento dos indivíduos” (15)

Essas explicações estão, na maioria das vezes, sofrendo de uma falta de distinção essencial, que acima tentamos expor: a análise do surgimento da cultura científica deve ser distinguida da análise da aceitação dessa cultura por grupos humanos — países, no caso, que não a tenham gerado. Deve-se distinguir os países que chegaram à cultura científica por mudança endógena, daqueles que a receberam por mudança exógena. Por isso dividimos os países em dois grupos: o primeiro, formado pela Europa no noroeste e pelos Estados Unidos, que são os criadores do tipo de cultura científica; e o segundo, formado pelo resto do mundo, que são os importadores da cultura científica.

No primeiro grupo, o aparecimento da cultura industrial precisa ser estudado como uma transformação endógena, ou consequência do “espírito do capitalismo”, conjugado com outros fatores culturais próprios que diferenciam um capitalismo comercial como o de Florença e Veneza do capitalismo indus-

trial inglês, estadunidense e norte-europeu, fazendo com que êstes chagassem à cultura científica e aquêles não. A êstes países é que a tese de Max Weber se refere em especial. A ética protestante, e sobretudo calvinista é uma das explicações para o surgimento do capitalismo, e sua posterior transformação, através da revolução industrial, na cultura científica. As exceções da França e da Bélgica, aonde o espírito do capitalismo aparece sem o suporte da ética protestante, abrem caminho a outra explicação em que, em vez da da ética protestante como um todo, se tomem elementos presentes nessa ética, e presentes também, sob outra forma, nas sociedades francesa e belga. Quando Hoselitz (16) analisa a teoria do "comportamento social desviante" como explicação da origem do capitalismo, falando sobre a famosa carta escrita em 1545 por Calvino a Claude de Sachins aonde aprova a usura como procedimento econômico, chega à conclusão tácita de que a famosa ética protestante é uma derivação, ou melhor, uma sanção e legitimação do espírito do capitalismo. Ele diz textualmente: "Pensou-se desde algum tempo que a discussão por Calvino da legitimidade do juro não era revolucionária, mas simplesmente uma explicitação de uma situação que havia sido tácitamente reconhecida e condenada por muitos canonistas casuísticos muito antes do seu tempo".

O capitalismo, entendido como sistema de organização social que usa do capital, apropriado preponderantemente por particulares, para obter lucros, embora pareça variável histórica necessária para o surgimento da cultura científica, não é essencial para sua implantação e manutenção posterior. Os países aonde surgiu a cultura científica, na época em que ela surgiu, eram todos capitalistas. Mas, se analisarmos o segundo grupo de países desenvolvidos, aquêles que chegaram à cultura científica por mudança exógena, veremos que se dividem em capitalistas e socialistas, de acordo com o sistema de apropriação do capital. Aparentemente essa segunda divisão é a mais importante para a vida dos povos de nossa época. Contudo isso não é verdade, porque a divisão entre países que instalaram plenamente a cultura científica como um modo de vida e de produção, conseguindo romper a barreira econômica do "take-

off", e países que ficam abaixo dêsse ponto, cria e conserva diferenças ainda mais importantes. As relações entre o homem e a natureza são essencialmente diferentes entre o "tipo ideal" (Weber) da sociedade científica e o da sociedade não científica. Essa diferença (variável independente) gera diferenças outras (variáveis dependentes), que são usadas como índices de desenvolvimento-subdesenvolvimento: a renda "per capita", a taxa de natalidade e a de mortalidade infantil, a distribuição da mão-de-obra pelos setores de produção, o índice de pessoas economicamente ativas, a quantidade de força-motriz "per capita", as taxas de escolarização e alfabetismo, etc. Os sociólogos e antropólogos exprimem essas diferenças com termos que se referem primeiramente à organização social. Redfield (17) denomina os extremos do seu continuum de "folk culture" e "urban culture". Behrendt (18) trabalha proveitosamente com as categorias "Statik" para as culturas não científicas e "Dynamik" para a cultura científica. Como os fatos revelados por essas taxas e categorias influenciam toda a organização de uma sociedade, parece resultar que há mais semelhança entre dois países que têm essas taxas semelhantes e o regime de apropriação do capital diferente, de que entre dois países com igual regime de apropriação do capital e grandes diferenças nas taxas citadas.

Não é de desprezar, porém, as diferenças que estão abaixo das semelhanças. Assim, os países desenvolvidos se dividem:

- 1º Criadores da Cultura Científica, capitalistas.
- 2º Receptores da Cultura Científica, capitalistas.
- 3º Receptores da Cultura Científica, socialistas.

Descendo mais um grau na nossa análise, tomamos cada país desenvolvido em particular. Em cada um havia, antes da cultura científica, uma cultura própria, que serviu de base sobre a qual assentou, ou da qual se desenvolveu a cultura científica. Atualmente cada país apresenta uma forma particular de participação nessa: a organização da sociedade, da produção, o pensamento, a arte, as crenças, as expectativas são dife-

rentes em cada um, dependendo das diferenças culturais anteriores à adoção ou à geração da nova cultura, assim como dos processos históricos de mudança cultural, diferentes em cada caso. Em outras palavras, cada país desenvolveu sua própria encarnação da cultura científica. Por isso os países desenvolvidos se diferenciam entre si, formando sub-culturas nacionais, dentro da cultura científica.

Esse modo de sistematizar o problema do desenvolvimento econômico visa fugir a dois excessos ou unilateralidades. O primeiro, praticado sobretudo (mas não unicamente) pelos "economistas puros", considera o problema do desenvolvimento completamente igual em qualquer parte que êle se apresenta, desprezando as diferenças nacionais e até regionais. O segundo, praticado sobretudo pelos etnólogos, considera cada caso de desenvolvimento tão singular, que não pode ser comparado com outro caso, a não ser para caracterizar-se como diferente. A realidade, porém, é que nem tudo é igual e nem tudo é diferente, na problemática da cultura científica. É necessário ordenar as generalizações e as exceções de tal modo que sejam compreensíveis, e sobretudo que sejam passíveis de discussão, não como se umas evidências estivessem contra as outras, mas sim se interligando e se completando.

A cultura científica, como se apresenta nos últimos anos, possui alguns traços que consideramos importantes para a nossa subsequente exposição, e por isso salienta-los-emos a seguir. Como até aqui temos feito, não se trata de uma análise exaustiva de nenhum ponto, mas somente da apresentação de um quadro que tenha a coerência necessária para suportar e fazer inteligível a discussão dos pontos particulares, pelo relacionamento com o geral.

O que aconteceu no mundo, depois da formulação e instalação da cultura científica na Europa noroestina e Estados Unidos da América do Norte, foi que ela passou a se espalhar, conquistando sempre mais países que a adotaram e começaram a fazer parte de sua órbita. Esse fato, que parece muito natural e muito lógico aos povos exportadores desse tipo de cultura, deve ser estudado com mais profundidade, o que ajudará a com-

preender melhor a problemática dos países que se apresentam como candidatos ao desenvolvimento (19).

O desenvolvimento econômico e seu fruto mais elaborado, que é a sociedade da produção e do consumo em massa, empolgam o mundo. Por que?

As diversas culturas e sub-culturas variam muito quanto aos critérios que adotam para a escolha ou adoção dos novos membros, que a preservarão e expandirão. Alguns só consideram membros válidos aqueles que descendem por geração de membros anteriores. Outras aceitam novos membros pelo casamento de um de seus portadores. Ainda outras, aceitam a "conversão" ou a adoção intelectual e prática de seus princípios doutrinários como critério para inclusão na sua sociedade. A cultura científica não se baseia, para sua expansão, em nenhum critério exclusivo. Admite que todos os homens possam vir a participar um dia de seus valores, e formar sociedades subordinadas aos seus ideais e princípios.

Tendo como foco cultural a vida econômica, ela toma dêse foco alguns dos padrões mais importantes que motivam e impõem internamente o seu expansionismo. O primeiro dêles é a necessidade de suprir a área aonde a cultura está instalada, dos bens naturais, ou matérias primas, necessárias para manter em processo a eficiência de transformar bens da natureza em bens econômicos. A procura de muitos desses bens, que já eram importados em épocas anteriores, levou europeus e norte-americanos a entrar em relações com povos e civilizações as mais diferentes e as mais distantes. Essas relações se instalaram as mais das vezes em forma de colonialismo, com o uso da força como condicionante e a instalação de uma nova ordem social como decorrência. A forma variante do contacto da cultura científica com grupos humanos de outras culturas para conseguir matéria prima, é o comércio. Ressalta-se que, em ambas as formas, os contactos inter-culturais se organizam por iniciativa e sob o interesse dos membros da cultura científica. Isso tem efeitos muito sérios e importantes, como o neo-colonialismo, o racionalismo, etc.

A segunda propulsão expansionista da cultura científica, ainda de ordem econômica, é a necessidade de criação de mercados para vender os produtos resultantes de novo tipo de relacionamento entre o homem e a natureza.

No início da industrialização, os lucros eram determinados pela diferença, medida em padrão monetário, do que custava a produção, e o preço pelo qual esta se vendia. Os custos fixos de produção, porém, eram relativamente maiores de que atualmente, ao mesmo tempo que cresciam com o aumento da produção, conservando-se, pois, quase constantes em relação ao número de unidades produzidas. Assim era mais fácil aumentar o lucro, simplesmente aumentando o preço de venda do produto. As consequências sociais eram que os benefícios da industrialização se concentravam nas camadas superiores da sociedade, que tinham possibilidade de pagar o preço exigido pelo produto manufaturado, ao mesmo tempo que eram os possuidores dos meios de produção. Atualmente o aumento da produtividade abriu uma nova e fecunda possibilidade do aumento de lucros, não mais através do aumento do preço da unidade-produto, mas através do aumento do número de unidades produzidas. Essa nova fase, que alcança a sua plenitude com a automação, aumenta de muito a importância do tamanho do mercado, fazendo com que a indústria e o lucro (no sistema capitalista) dependam cada vez mais da expansão do poder aquisitivo. Essa evolução não foi prevista pelo gênio de Marx, que baseou sua interpretação da transformação do capitalismo na dissociação completa dos interesses das classes sociais.

O modelo socialista russo da cultura científica se encontra na mesma fase, sem ter sido influenciado pela atração do lucro propriamente dito, mas sim pela racionalidade da produção e consequente barateamento do produto final. Em um e em outro modelo a racionalidade e eficiência nas relações entre o homem e a natureza criaram a produção em massa, com ou sem o atrativo do lucro.

Sobretudo nos países capitalistas a multiplicação da capacidade de produção age como incentivador ou propulsor da expansão do sistema, que se esforça para encontrar novos mercados, ou garantir os antigos.

Como terceira mola propulsora interna do expansionismo da cultura científica, está a sua própria justificativa como sistema. A Europa tem grande parte de sua história das relações com os povos não-europeus inspirada e impulsionada na auto-confiança. Os portugueses, que foram os primeiros a se lançarem em expansionismos por regiões não-européias e não ligadas tradicionalmente à Europa, tiveram sempre em mira ir "a fé e o império dilatando" (20). Por fé e império se compreendia todo o sistema de vida e de pensamento, a religião e o governo, que, se não eram de todo europeus, de todo cristãos, como cristãos e europeus se lançaram ao proselitismo e à conquista. A Espanha, assim como posteriormente a França, a Inglaterra, a Holanda e outros países, tiraram da confiança de possuírem um sistema social e uma cultura superiores a outras culturas e sistemas sociais, a força de expansão e conquista. Atualmente a cultura científica demonstra essa mesma segurança e auto-confiança, apesar de todas as crises internas que possui em desenvolvimento, e se considera como o ponto mais alto da evolução humana, desejável, pois, para os outros povos. Apesar de sua importância, temos que omitir maior argumentação sobre o ponto, para não nos alongarmos demasiadamente.

A auto-valorização positiva age como força interna propulsora do expansionismo e inspiradora do proselitismo da cultura científica.

Essa justificativa do sistema a respeito de si próprio, se apresenta não só em referência à cultura científica como um ciclo cultural, mas também a cada um dos modelos nacionais realizados dessa cultura. O grau de intensidade da força de expansão e proselitismo de cada modelo nacional é variado. No mundo atual aparecem os Estados Unidos da América do Norte e a União Soviética, ainda como os dois sistemas sócio-econômicos nacionais dotados de maior força de proselitismo. Mas outros modelos nacionais, mesmo ainda não completamente delineados, como é o caso da China, e um pouco cada um dos demais modelos de desenvolvimento, possuem sua força de proselitismo que procuram exercer.

Essa força de proselitismo é instrumentalizada, recebendo seu veículo de realização própria através da quarta caracterís-

tica interna que estamos apontando como causa da expansão da cultura científica: a facilidade de realizar contactos.

A cultura azteca, por exemplo, possuiu um alto grau de auto-confiança, uma força de expansão, e mesmo de imperialismo muito acentuado (21). Contudo não conseguiu nem conseguiria realizar essas tendências, mesmo se não tivesse sido ceifada pelo contacto com a cultura cristã-ocidental, porque não tinha os meios materiais e técnicos que permitiriam entrar em contacto com as outras culturas mais distantes e sobre elas influenciar, na medida do seu imperialismo. A cultura científica, ao contrário, desenvolveu os mais diversos meios, através dos quais é possível, e realmente se efetua, o contacto profundo e permanente com as demais culturas hoje existentes. Através da técnica moderna, encurtou as distâncias. Do telefone à televisão internacional, do automóvel ao avião supersônico, apresentam-se veículos que servem para levar os membros, as idéias, as crenças, os costumes e a organização econômica e social da cultura científica a todos os recantos do mundo aonde existam outras culturas, estabelecer contactos, e fazer demonstração. Esses contactos têm suas consequências sobre a própria cultura científica, mas sobretudo influenciam as demais culturas.

A cultura científica empolga o mundo, não somente por sua força interna de propulsão expansionista, mas também porque possui em si caracteres que a fazem extremamente atraente e desejável. Em suma, caracteres que podem ser apontados como vantajosos, do ponto de vista externo a ela própria.

O primeiro desses caracteres é a face externa do último apontado acima: a facilidade de fazer contactos. O primeiro traço que um membro de determinada cultura tem para fazer uma idéia e uma valoração de outra, é naturalmente o canal que serviu de contacto entre ambas. A imensa superioridade técnica e de eficiência que possui a cultura científica, aparente desde os primeiros contactos, é elemento de uma valoração positiva da mesma por parte das sociedades que a conhecem pela primeira vez. A multiplicação dos contactos com outras culturas multiplica, estatisticamente, as oportunidades de ser conhe-

cida, assim como de ser vista sob aspectos variados, alguns dos quais serão valorados positivamente. Todos esses fatores multiplicam igualmente as possibilidades de que uma população ou parte dela, que pertença a outra cultura, seja empolgada pela cultura científica.

Além desse contacto inicial, aparecem também outras vantagens da cultura científica. Os grupos humanos têm como preocupação fundamental da existência, a busca de alimentos, quer essa seja efetuada de um modo mais primitivo, através da coleta de frutos, da caça, pesca, ou de plantio e criação, ou através de um modo mais elaborado, pela integração do indivíduo em um lugar do sistema econômico, que permita a ele trocar sua força de trabalho pelo alimento de que necessita e que é produzido por outrem.

As relações entre o homem e a natureza típicas da cultura científica, têm capacidade de transformar maior quantidade de bens naturais em bens econômicos, como já ficou sobejamente enfatizado. O resultado disso para o indivíduo, no estágio atual da produção e consumo em massa (prescindindo, pois, de referirmos a períodos em que há ou houve grandes desequilíbrios na distribuição das riquezas), é que cada um necessita menor quantidade (tempo) e menor qualidade (dificuldade) de trabalho pela mesma quantidade de meios de vida, do que nos sistemas econômicos de outras culturas.

Essa facilidade relativa em adquirir alimentos é ampliada pela maior facilidade em sobreviver, como indivíduo e como coletividade. Os meios de fazer guerra demonstram às outras culturas, às vezes de um modo dramático, as facilidades que têm as sociedades científicas de sobreviver, nas suas relações exteriores. O combate à doença, com as modernas técnicas médico-higiênicas, é o exemplo, talvez menos dramático e mais convincente, da eficiência da cultura científica em conservar a vida. Os contactos nesse campo às vezes agem sobre as outras culturas de um modo mais direto: as profilaxias e a medicina sanitária rompem o equilíbrio natural das taxas de natalidade-mortalidade, contribuindo assim para romper também o precário equilíbrio entre capacidade de produção do sistema econô-

mico e aumento da população. Assim, a facilidade relativa em adquirir alimentos da cultura científica fica sublinhada por uma dificuldade interna da outra cultura.

Assim como os canais de relação entre a cultura científica e as outras culturas dão prestígio àquela e são um elemento para explicar por que ela empolga o mundo, também a facilidade em vencer a natureza tem seu papel e seu prestígio. Essa facilidade, como queremos entender aqui, não é uma abstração, decorrente do tipo de relacionamento entre o homem e a natureza, em que temos insistido, mas sim a objetivação dela em casos concretos, como derrubar uma árvore, abrir uma estrada, barrar um curso d'água, etc. As razões por que a cultura científica empolga o mundo são antes de tudo práticas e objetivas.

As razões acima, queremos ajuntar mais uma, de ordem psicológica, e que é também, como a primeira, a outra face de uma impulsão interna. A auto-segurança que demonstram os membros da cultura científica nos seus contactos com outras culturas, embora talvez seja inócua diante de uma cultura bem integrada, poderá ser de grande importância para precipitar uma crise cultural já iniciada, difundindo uma idéia de confiança na primeira, fazendo-a, pois, aparecer como capaz de empolgar cada vez maior número de indivíduos.

Para terminar esta sucinta abordagem de um problema atual e complexo, tenha-se presente que os ângulos diferentes do desenvolvimento econômico não são um mosaico de fatos, uns estranhos aos outros, mas um todo em que as partes se completam. E para relacioná-las, é muito útil, ao nosso ver, que reduzamos os estudos particulares ao denominador comum de um quadro de referências sócio-cultural.

II

Subdesenvolvimento econômico

O grande tema da segunda metade do século não tem sido o desenvolvimento, mas sim o subdesenvolvimento. Não só a diplomacia bilateral, mas sobretudo a Organização das Nações

Unidas, que é o plenário mundial dos sistemas nacionais, tem-se ocupado do assunto com interesse e repetidamente.

Subdesenvolvimento não é, contudo, um conceito positivo nem absoluto, mas sim negativo e relativo. Define-se um país subdesenvolvido, como o que *não* alcançou um grau de desenvolvimento, *comparado* ao dos que são definidos como desenvolvidos. O artifício de chamar os países subdesenvolvidos de "em fase de desenvolvimento", "Entwicklungslander", "developing countries", "en voie de developpment" (1) não muda o critério de relatividade, mas simplesmente introduz um fator dinâmico na expressão, uma conotação de engajamento no processo de desenvolvimento, e portanto, uma esperança, longínqua talvez, de que esses países alcancem a meta e o ideal: o desenvolvimento.

Os critérios de medir e caracterizar operacionalmente o subdesenvolvimento, partem da catalogação dos efeitos do desenvolvimento e da comparação do estado em que se encontra cada item catalogado, no país ou região estudados. Se há variação entre os autores quais e quantos efeitos do desenvolvimento são os indicadores a usar, ou sobre que parte da escala de comparação de cada item corresponde aos países desenvolvidos e que parte corresponde aos subdesenvolvidos, o critério geral, porém, continua o mesmo. A medida mais usada é a renda "per capita", que se subordina a critérios puramente econômicos. As críticas a respeito, e as correções e complementações sugeridas são por demais conhecidas através da literatura especializada (2). Outros itens, sociais, demográficos, médicos educacionais, políticos, econômicos, etc., se juntam a esse núcleo central.

A Sociologia e a Antropologia procuram, também, seguindo o caminho da economia, estudar o subdesenvolvimento a partir de uma comparação bi-polar com o desenvolvimento. Behrend, (3), por exemplo, usa os conceitos de sociedade estática e sociedade dinâmica, como vimos atrás.

Partindo de uma concepção histórico-cultural do desenvolvimento, como a que expusemos antes, que é subdesenvolvimento?

Já caracterizamos a cultura científica como um ciclo cultural originário da Europa Noroestina e dos Estados Unidos, e que vai sendo adotado por outros países. Além da cultura científica, com seu desenvolvimento econômico, muitos outros ciclos culturais existiam e existem, sob os quais estão organizadas diversas sociedades. Êsses ciclos são tão variados, que são representados, tanto por uma cultura complexa e influente histórica, geográfica e numéricamente (indivíduos que vivem sob sua égide) como a árabe, como por pequenas culturas locais que não são participadas senão por um grupo reduzido de indivíduos, como a do grupo Bororó, no interior do Brasil. Essas culturas, ou outras da mesma ordem, já existiam antes da evolução da cultura cristã-ocidental em cultura científica. Apesar disso não eram consideradas, nem podiam ser classificadas de subdesenvolvidas, simplesmente porque o termo de comparação, o desenvolvimento, não existia. Isso aconteceu do mesmo modo como não podemos falar ainda hoje de regiões subpopuladas na lua, porque simplesmente não existe o conceito real de população lunar.

Subdesenvolvida é uma região que tem relativamente *pouco* desenvolvimento econômico. Como desenvolvimento é um fenômeno histórico-cultural determinado, daí segue que a comparação feita sobre o nível de satisfatoriedade do fenômeno em uma determinada sociedade só tem razão de ser quando a mesma já está engajada no processo, embora no mais incipiente dos estágios. Uma sociedade, pois, que se encontra no "ponto de partida" para o desenvolvimento, mas que ainda não se engajou no mesmo, nem sequer na mais remota forma, não pode ser classificada como subdesenvolvida. Está à margem do processo.

Vimos também que o desenvolvimento econômico é um traço da cultura científica. Do mesmo modo o subdesenvolvimento é um sub-produto dessa cultura. Ou, talvez, um pré-produto. Um país subdesenvolvido está por definição na órbita da influência da cultura científica, sem contudo, ter adotado completamente a forma científica de relacionamento entre o homem e a natureza, e portanto, sem ter sofrido as transformações e se beneficiado das vantagens que êsse relacionamento pode trazer.

Resta indagar da utilidade desta distinção teórica. Primeiramente ela é uma consequência, e também uma reafirmação e ênfase do caráter histórico-cultural do desenvolvimento. Isso faz com que não se confunda o problema com outros, como o de crescimento temporário de uma economia, ou o de enriquecimento por expropriação da produção de outros povos, como acontecia no colonialismo antigo (Roma, Assíria, Babilônia, etc.). Também não se confunda com o simples aumento da renda "per capita", sem verdadeiro desenvolvimento. Êsse pode ser efeito da expansão de um único setor da produção, ou de um único produto, sem significar realmente um desenvolvimento que se torne auto-propulsivo. Algumas vezes o aumento da renda "per capita" até um nível considerado de país desenvolvido é anterior à fase de desenvolvimento, como parece ser o caso, entre outros, da Venezuela a da Arábia Saudita. Êsses países, que, de acordo com outros dados indicadores, estão somente no início do processo de desenvolvimento, apresentam, porém, uma renda "per capita" típica de país em fase bem mais adiantada do processo.

Em segundo lugar, é possível diferenciar, em um momento dado, uma sociedade subdesenvolvida, de uma que está fora do processo ou, em outras palavras, marginal a êle. Esta última não tem contactos com a cultura científica, ou pelo menos, não está sendo influenciada por ela, não tendo pretensões de lhe adotar os costumes e crenças, o modo de relacionamento com a natureza nem a estrutura social. A sociedade ou o país subdesenvolvido, ao contrário, sobretudo se originalmente pertence a um ciclo cultural muito diferente do vigente na Europa Ocidental, está dividida, sob a influência de duas culturas completamente diversas, que lutam pela supremacia. Nêsse caso é que a cultura pré-existente é o ponto de partida e a cultura científica é o ponto de chegada do contínuo. O país, porém, como subdesenvolvido, se encontra em algum lugar dêsse contínuo. Um país subdesenvolvido é sempre uma sociedade em mudança cultural. A mudança que se passa ali não é aquela que tem lugar normalmente numa cultura que evolui e se transforma dentro de si própria, mas se origina da luta da sociedade pela adoção das relações entre o homem e a natureza características

da cultura científica, portanto de cultura exógena. As sociedades subdesenvolvidas são, por isso, sociedades não integradas, ao contrário das sociedades marginais, que podem, eventualmente, ser integradas culturalmente.

Essa luta entre as culturas é estudada por aqueles que, como Jacques Lambert, (4) fazem uma interpretação cultural dualista da sociedade subdesenvolvida. Octavio Ianni, em interessante livro sobre as relações entre governo e classe social no desenvolvimento da economia de tipo capitalista (5), contra-argumenta a essa interpretação, partindo da idéia de integração da economia nacional. Acha ele que, desde que as zonas que até pouco tempo viviam de economia de subsistência, se integraram na economia nacional, a interpretação dualista deixa de ter razão de ser para o Brasil. Achamos, ao contrário, que a interpretação dualista não se fundamenta primeiramente, nem principalmente, em dualismo econômico, mas sim cultural. Um camponês que continui produzindo alimentos com os métodos primitivos de sempre, continua pertencendo à cultura tradicional, embora ele venda essa produção ao açambarcador, que a coloca nos mercados organizados nos moldes da cultura científica. Talvez essa ligação com os mercados modernos possa ser o início da desorganização cultural, que termine fazendo dele ou de seus filhos um membro da cultura-científica. Contudo, na primeira fase, ele é um membro dessa cultura anterior, a que Jacques Lambert chama, no caso do Brasil, o "Brasil do carro de bois", em contraposição ao outro, o "Brasil do avião". Só aos poucos se dá a desintegração da cultura anterior e a adoção da cultura científica.

Celso Furtado, em um trabalho de sua fase européia, (6) encontra mesmo uma relação necessária, sob o ponto de vista da análise econômica estruturalista, entre os conceitos de subdesenvolvimento e de economia dual. Falando sobre as economias argentina e uruguaia, diz: "Essas economias, não podemos considerar, no sentido exato, como subdesenvolvidas, tanto quanto o conceito de subdesenvolvimento está associado à idéia de dualismo estrutural". Aliás, nos trabalhos desse autor está sempre presente a preocupação de abordar o subdesenvolvimento em si mesmo, e não como comparação ao desenvolvimento, es-

tudado pelos economistas no seu período de implantação na Europa e Estados Unidos.

Do ponto de vista histórico-cultural, o dualismo leva à desintegração e à reorganização, mais de que à conservação de dois sistemas sobrevivendo lado a lado.

Essa é uma outra característica que se torna clara do esquema teórico exposto: a função desintegrante desempenhada pela cultura científica sobre as demais culturas. Quando os membros da sociedade científica, levados pelos impulsos expansionistas analisado no artigo anterior, ou por algum outro motivo, entram em contacto com uma sociedade de outra cultura, demonstram a esta as características da cultura científica que a fazem desejável para o observador externo a ela. Com isso se inicia um processo que só muito raramente termina com a rejeição da cultura científica pela sociedade que entrou em contacto com ela. O que aconteceu comumente, é que a cultura científica passa a ser considerada como desejável, e, se há pessoas que se interessem para promover a mudança, se iniciará um processo de adoção dos padrões e valores da cultura científica, e a cultura pré-existente começará a se comparar com esta, tomando para si a denominação de subdesenvolvida, com suas consequências psicológicas. O herodianismo (7), nos grupos que primeiro consentem em mudar algumas partes essenciais da cultura a que se tem denominado de "estática" e "tradicional", advém da adoção da cultura científica, em período anterior à conscientização pela sociedade do estudo de transição. (8)

Aqui cabe referir-se ao trabalho que está sendo levado a efeito por autores sobretudo norte-americanos, os quais têm indagado quais são os elementos que fazem com que algumas culturas que entram em contacto com a cultura científica mais ou menos na mesma época, tenham reagido a ela de modo diverso. McClelland (9) analisou os fatores "realização, afiliação e poder" na Índia, Paquistão e Continente Chinês, assim como em três situações diferentes da China. Hagen (10) apresenta uma teoria psicológica, que fundamenta a aceitação do desenvolvi-

mento na presença da personalidade criativa e de uma “atitude a favor do trabalho técnico-manual e do mundo físico”.

Essas qualidades, segundo tais autores, talvez determinem o sucesso ou a maior eficiência dos diversos países em seu caminho rumo ao desenvolvimento econômico. Isso é, nas culturas que já apresentam traços que são básicos para a instalação das novas relações entre o homem e a natureza, os quais se aproximam daquêles da cultura científica, o processo de desenvolvimento se realiza com mais rapidez, independente da quantidade e da duração do contacto com o ocidente.

De qualquer modo os indivíduos são os portadores e os que fazem uso da cultura. Por isso, o estudo do problema no plano individual é muito importante para a sua compreensão. Além dessas qualidades pessoais, analisadas por aquêles autores, a posição dos indivíduos na sociedade e seus interesses em relação a ela, desempenham um papel que poderá ser importante. Quando os indivíduos que se beneficiam economicamente do contacto entre a cultura científica e a outra cultura pertencem a esta segunda, parece haver mais facilidade para o desenvolvimento (11). Isso será, não só por causas econômicas, mas também pela maior adaptação dos indivíduos às características da Cultura científica, o que já os teria classificado para habilidades empresariais.

O terceiro ponto importante é a determinação da responsabilidade, ou, em termos menos moralizantes, da função agenciadora que a sociedade científica assume em relação às sociedades subdesenvolvidas. O processo de desenvolvimento — contínuo cuja parte inicial se chama subdesenvolvimento — principiou, na maioria das vezes, por ação consciente dos membros da cultura científica, que entraram inicialmente nos membros das outras culturas, uma aquiescência mais ou menos maciça, mas, de qualquer forma, muito pouco consciente das consequências futuras que daí se encadeiam. Depois que uma sociedade resolve, sociologicamente, adotar a nova forma cultural, espera que os membros da cultura científica continuem no seu papel de agenciadores da mudança, em que pareciam tão bem integrados nos primeiros momentos do contacto cultural. Essa

atitude de expectativa frente à sociedade científica, como quem espera que ela cumpra uma obrigação, muitas vezes se tem solidificado em ódio contra ela, pela obrigação não cumprida, ou em desdém pela ajuda recebida. Nela tem origem um dos pontos de perplexidade para os países europeus e Estados Unidos da América do Norte.

Depois de prestarem ajuda, a seu entender apreciável, deparam-se com uma atitude muito diferente da de humilde gratidão que se espera dos países subdesenvolvidos.

O “american go home”, que se repete no mundo subdesenvolvido, não teria alcançado tanta popularidade entre as massas, se só fôsse um “slogan” esquerdista-comunista, sem encontrar raízes sociológicas que o fazem aceitável e lógico às populações dos países aonde há luta entre as duas culturas, a tradicional, seja ela de que ciclo fôr, e a científica, mesmo para as pessoas que não estão diretamente interessadas em política. Os protestos tomam diferente forma de expansão, conforme as tradições culturais em que se integram. Variam desde a auto-incineração em praça pública, praticada pelos bonzos do Vietnã, coerente com as tradições sul-asiáticas de estoicismo e domínio do corpo pelo espírito até a “bossa nova” de protesto brasileiro, na linha latino-americana, e sobretudo afro-latino-americana de “revolución con pachanga”, usada também por Fidel Castro em Cuba. Apedrejamentos de consulados e embaixadas, anti-americanismo e anti-europeísmo, muitas vezes racionalizados e politizados em ideologias nacionalistas, são outras manifestações do fenômeno. O nacionalismo dos países subdesenvolvidos se manifesta muito menos em absolutização dos valores nacionais, como o nacionalismo europeu da primeira metade do século, de que em protesto contra os países desenvolvidos, que dominam de uma forma ou de outra, ou que foram os introdutores e agenciadores da cultura científica.

Essa atitude “ingrata” é decorrente da expectativa de que a função agenciadora seja levada às últimas consequências, ao mesmo tempo que se mescla com um sentimento vago de revolta, por ter sido lançado em uma aventura só frouxamente desejada e de que não se sabe exatamente as consequências,

mas cujo preço, porém, é sentido a cada hora, a cada momento. O processo de desenvolvimento é, pois, uma experiência marcada por sentimentos de frustração.

Estamos convencidos, embora não tenhamos dados empíricos para prová-lo, que o momento sociologicamente decisivo para o desenvolvimento de um país, é quando o ideal de desenvolvimento se generaliza como ideologia, passando a ser patrimônio da população como um todo, e não só de um pequeno número de indivíduos, formem estes uma elite de empreendedores, de técnicos ou de políticos. Chamamos de decisivo o momento a partir do qual já não há possibilidades sérias de uma frustração do processo. Nesse sentido poderíamos chamar de "take off" sociológico aquele momento em que o desenvolvimento econômico se transforma em projeto nacional, tornando-se auto-propulsor.

O "take-off" sociológico pode ser conseguido por uma revolução, como foi o caso de Cuba, pela consecução de um projeto nacional, como parece ter acontecido no Brasil com a construção de Brasília. A política dos Estados Unidos de boicote econômico a Cuba é uma tentativa de provocar a frustração do processo sociológico de desenvolvimento, através de causas econômicas.

No caso do Japão, o "take-off" sociológico foi comandado pelos samurais, líderes da Restauração Meiji (1868), que popularizaram o ideal de ocidentalização, como resposta ao perigo da expressão colonial do mesmo Ocidente. O lema era "um país rico e um exército poderoso". (12)

Mais uma conclusão que se impõe da abordagem que fizemos: diversas vezes falamos do contínuo subdesenvolvimento-desenvolvimento, como Redfield estabeleceu o "folk-urban continuum". Na realidade o processo do desenvolvimento poderá ser tratado nessa forma se: a) se considerar os dois extremos unicamente como "tipos ideais" (Max Weber) que, portanto, não correspondem a uma realidade, mas somente a desejam; b) se não se considerar a mudança como um processo de velocidade uniforme; c) se não se considerar a mudança como um processo que acontece concomitantemente entre *tôdas*

as partes das culturas. Em todos os casos é necessário lembrar que cada sociedade subdesenvolvida (país, no caso) está percorrendo um contínuo cujo tipo ideal no lado terminal é o mesmo, ou seja, a cultura científica, mas cujo tipo ideal do lado inicial é distinto em quase cada caso: um ciclo cultural com características bem definidas e, talvez, que tenha funcionado integradamente até o início do processo de desenvolvimento.

Atualmente todos os países existentes na terra, e que não são desenvolvidos, se consideram e agem como subdesenvolvidos. Já não existe nenhum que reivindique para si a posição de à margem do processo do desenvolvimento. Há populações que estão evidentemente à margem do processo, como é o caso dos esquimós, para quem a cultura científica não se adapta, nem oferece um modo de viver, e nem sequer de sobreviver em condições ecológicas tão diferentes das dos países geradores da mesma. Talvez poucas outras regiões estejam no mesmo caso. Se olharmos o problema considerando as unidades político-administrativas como um todo, como vimos fazendo, as exceções possivelmente desaparecerão.

A Organização das Nações Unidas, que reúne praticamente a totalidade das terras do mundo, trata os problemas econômicos sob esse ângulo, com o pleno apoio e integração nesses pensamentos, de todos os seus membros. As notórias exceções de regiões que se encontram fora daquela organização, são a China continental e alguns territórios que dependem de outros Estados, seja como colônia, ou como protetorado. Nessas regiões os movimentos pela independência e pelo desenvolvimento, ou sua integração em sistema econômico que faz parte da cultura científica, é uma constante. Quanto à China continental, é notório o seu esforço para implantar um sistema moderno de produção. A China é uma das sociedades aonde a palavra "massa" encontra mais profunda significação, não só econômica, como ideológica e numericamente. É um país que inegavelmente deve ser incluído entre os subdesenvolvidos.

Segundo a experiência na própria ONU, todos os países subdesenvolvidos estão dispostos a fazer um esforço para melhorar sua posição no "contínuo desenvolvimento-subdesenvolvi-

mento". Todos êles adotam explicitamente, pelo menos em nível de governos e de política externa, o desenvolvimento como projeto nacional, como ideal a atingir. Êsse projeto nacional se apoia em primeiro lugar no desejo, e mesmo na necessidade — necessidade causada pelo desequilíbrio entre o aumento da população e a produção de alimentos e bens de consumo básico, ou pela carência secular de alimentos — de por à disposição dos habitantes do país os bens e confortos que resultam de uma estrutura moderna de produção econômica. Assim, a preocupação é conseguir para o país o acesso aos bens e serviços da moderna, tecnologia. Êsse acesso só é possível a longo prazo, pela instalação no interior do país de um mecanismo de produção em massa, que faça jus ao consumo também em massa.

O problema começa a se complicar quando se passa para a experiência prática do desenvolvimento. Como os países subdesenvolvidos pertencem a ciclos culturais diferentes da cultura científica, têm sua vida social e cultura organizada em outro sentido, que não condiz com a instalação do desenvolvimento econômico. Cada cultura tem, entre seus valores, um a que os antropólogos denominam de foco cultural. É o valor que exerce na cultura o papel de maior importância, e para o qual os outros estão dirigidos. Na cultura científica, o foco cultural são os valores econômicos. A forma de relacionamento entre o homem e a natureza é o meio pelo qual êsse foco tem vigência. Por isso desenvolver-se significa, para as outras culturas, adotar como foco cultural os valores econômicos. Êsses valores estão expressos concretamente na sociedade científica, através de sua organização da produção.

Êsse foco cultural da cultura científica é uma decorrência do seu desenvolvimento interno, como vimos atrás. Por isso é mais ou menos coerente com as demais partes da mesma. Sendo uma aplicação da eficiência na transformação dos bens da natureza em bens econômicos, ela tem como base outros caracteres da cultura, como racionalidade, disciplina, espírito empreendedor, etc., etc.

As áreas subdesenvolvidas, que procuram adotar o modo de produção da cultura científica, têm outros focos culturais

diferentes, que dirigem a organização da sociedade e os valores da cultura em outras direções. Elas têm sistemas econômicos que, sob o ponto de vista da cultura científica, são organizados "ineficientemente".

Esta "ineficiência" está correlacionada com a organização social, a estrutura da família, a estrutura fundiária, os hábitos de consumo e poupança, as instituições jurídico-políticas, o sistema administrativo-burocrático, etc. Mas êsses fatores, que dificultam a adoção da cultura científica, não são iguais em todos os países subdesenvolvidos. Quase cada país apresenta os problemas de um modo diferente. A multiplicidade de ciclos culturais já propõe modelos de vida, ou culturas, com características marcadamente dessemelhantes. E essas culturas são realizadas em situações concretas que sofrem a influência de fatores geográficos, ecológicos e históricos diversos. Assim podemos chegar a uma caracterização de subculturas nacionais ou regionais, que são para os países subdesenvolvidos, o que para os países desenvolvidos são os modelos nacionais realizados de desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento consiste em realizar um modelo nacional, segundo os moldes da cultura científica. Êsses moldes, porém, não existem em forma pura, mas sim concretamente realizados nos diversos países desenvolvidos, sob a forma de modelos nacionais.

Essa característica do processo gera alguns problemas culturais que apontaremos a seguir: sendo os modelos de desenvolvimento econômico com que os países subdesenvolvidos tomam contacto, uma realidade muito concreta, êsses países subdesenvolvidos tendem muitas vezes a tentar uma imitação da sociedade científica, segundo o modelo de um determinado país. Essa situação, porém, é frustradora e estéril, na medida da impossibilidade de uma cópia exata de uma sociedade por outra.

Tôda a organização de produção da cultura científica se baseia na racionalização. A racionalização da vida econômica, corresponde ao uso dos fatores de produção de modo ótimo, como vimos. Isso é: a cada situação concreta corresponde uma racionalidade diferente, porque a quantidade relativa dos fa-

tôres de produção, assim como as qualidades do fator "terra", o qual engloba os insumos da produção, estão presentes em proporções que dificilmente se repetem. Essas proporções exigem combinações que são novas para cada caso, para se conseguir um ótimo de produção. O índice capital-trabalho dos países subdesenvolvidos é conhecidamente mais baixo de que nos países desenvolvidos. Isso requer uma racionalidade de nível diferente no uso das máquinas. Nem sempre, para uma fase incipiente e média do processo de desenvolvimento, é mais racional o uso da técnica de produção que permita dispensar maior número de trabalhadores, embora a meta a longo prazo seja conseguir o máximo possível de substituição da força humana pelas forças naturais.

Além disso, a racionalização da produção não deve ser conseguida unicamente em níveis micro-econômicos, ou de empresas unitárias, mas sim do sistema econômico total do país. Sem isso será impossível satisfazer a uma das características básicas do desenvolvimento, que é a cumulatividade do processo e a diferenciação do sistema. A racionalização global do sistema econômico, segundo autores, sobretudo economistas, que se têm preocupado com o assunto, não se pode conseguir atualmente para os países subdesenvolvidos, a não ser pelo planejamento da economia. Para o caso da América Latina, temos excelentes estudos a respeito, feitos sob o patrocínio da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas). Como êsse é um assunto que não nos interessa diretamente aqui, deixamo-lo de lado.

Além dos problemas que ocupam o epicentro da cultura científica, e são de ordem econômica, todo o resto do ciclo cultural anterior tem que se amoldar ao novo foco cultural. Esse amoldamento, contudo, não é uma adoção pura e simples dos valores da cultura científica, mas ocorre através de um processo de interpenetração de valores das duas culturas, de reelaboração de conceitos, de desorganização cultural (13) e social, e reorganização posterior.

A cultura científica, nos países que a tiveram por importação, exógena, é sempre uma solução de compromisso entre ela própria e a cultura que antes existia ali.

Interessante e necessário será estudar, quais são as partes da cultura científica que necessariamente se instalam na região, ao se instalar o desenvolvimento econômico, e quais são aquelas que são aproveitadas da cultura anterior. Indagar até que ponto o mundo do futuro — assumindo como provável que êle será organizado dentro dos padrões da cultura científica, mais cedo ou mais tarde — será monotonamente uno e até que ponto êle apresentará diversidades regionais. Parece que o campo da vida diária, com os objetos de uso corrente, os costumes alimentares do trivial, tendem para a uniformização. Essa uniformização está mais avançada nos pontos da sociedade que mantêm mais contactos com o exterior: hotelaria, aeroportos, cidades portuárias, áreas de intenso turismo. Parece também que essa uniformização tende a se generalizar na medida em que há a unificação de mercados, de modo a que um determinado produto possa ser produzido em quantidades maiores e ser distribuído em uma região também maior.

A arte parece corresponder ao polo contrário. Embora a arte moderna represente uma tendência para a uniformização nas concepções, na técnica e no estilo, ela não pode ser considerada como a única expressão artística legítima e característica da cultura científica, tanto mais que toda uma ala dessa cultura, o campo socialista, mal a suporta e pouco a usa.

Além disso, alguns sociólogos pensam que a tendência de aproveitar na arte as diferenças culturais e regionais se fortalecerem, também no ocidente, como já começa a acontecer, exatamente para contrabalançar a tendência à uniformização, que se objetiva nos outros campos da cultura.

Um campo muito mais complexo é o que se refere à filosofia e aos valores espirituais. Haverá a possibilidade de uma homogeneização? O Professor Arnold Bergstraesser diz que "Os pressupostos espirituais e sociais que hoje fundamentam e que determinam a direção da mudança e estrutura da sociedade são essenciais, também, para a futura forma de realidade política. Sem êles, independência política, liberdade político-social e desenvolvimento econômico tornam-se postulados vazios. (14)

Talvez esse ponto de vista seja por demais culturocêntrico, devendo-se esperar, antes, uma reformulação do sistema de valores, com a contribuição, sobretudo, das culturas mais elaboradas, e através da experiência dos países que chegaram a constituir culturas originais a partir de outras de diversas origens, como a América Latina em geral, e o Brasil em particular.

Os países da América Latina se distinguem dos da Ásia e da África, pela sua origem cultural. Eles fazem parte, uns mais propriamente, outros um pouco menos, da cultura ocidental-cristã. Em cada um deles essa cultura se encheu de peculiaridades, pela diversidade da origem dos que a levaram até ali, pela necessidade de adaptação ao trópico ou simplesmente à nova ecologia, pela mistura que teve com as culturas indígenas, já por si e entre si muito diversas, pela influência das culturas africanas importadas por via dos escravos, e, ultimamente, pela ação dos imigrantes pertencentes aos mais diversos ciclos culturais. A origem européia, porém, os valores e suas formas cristã-ocidentais, ficaram e permanecem como pano de fundo.

Essa situação especial produz uma problemática do desenvolvimento distinta nessas regiões. As mudanças culturais perdem grande parte de seu radicalismo, concentrando-se êste nas mudanças sociais. O problema central, porém, da mudança do foco cultural e da instalação de um tipo moderno de relação entre o homem e a natureza, continua de pé. Com efeito, a formação da sociedade latino-americana foi anterior ao aparecimento na Europa da cultura científica. Os valores importados para os países que assim se formaram, embora tenham sido em parte os mesmos que, evoluídos, deram origem à cultura científica, ainda não se haviam desenvolvidos neste sentido no tempo em que foram transplantados para as colônias na América. Reformados, transformados e completados aqui, terminaram por fazerem parte de uma sociedade que mais se aproxima do tipo "estático" de Behrend, que do "dinâmico". Essa sociedade, porém, conservou as ligações com o mundo cristão ocidental, considerando a êste como a fonte de inspiração cultural e até o determinante da validade ou não das transformações culturais que as novas regiões iam elaborando.

NOTAS

I

- 1) Karl Ernst Ringer: "Zur Begriffsbestimmung der Entwicklungslander" in "Entwicklungspolitik — Handbuch und Lexikon", cit. — col. 3.
- 2) Ver, entre outros, o artigo citado de Karl Ernst Ringer, o livro de J. J. Lebreton "Suicide ou Survie de l'Occident? Paris, 1954, e para uma visão resumida porém clara, Yves Lacoste: "Les Pays Sous-développés" Paris, PUF, Coleção "Que Sais-je?"
- 3) "Gesellschaften im Umbruch", in Entwicklungspolitik — Handbuch und Lexikon", cit., col. 165 ss.
- 4) Jacques Lambert: "Os dois Brasis", Rio, 1959.
- 5) Octávio Ianni: "Estado e Capitalismo", Rio, 1965, pp. 73 a 82.
- 6) Celso Furtado: "Développement et Stagnation en Amérique Latine — une approche Structuraliste" in "Annales. Economies, Sociétés Civilisations". 21 — annés, janvier-février 1961, n° 1, p. 15.
- 7) "Zur soziologischen Analyse des Phänomens der sozio-kulturellen Fremdbezogenheit wird in Lateinamerika seit einigen Jahren auf Anregung von Roger Vekemans der durch Arnold Toynbee geprägte Begriff des "Herodianismus" verwendet; Herodes, zwar physisch in Palästina, lebte dennoch geistig und kulturell in Rom. Ebenso die "herodianischen" Oberschichten der Lateinamerikanischen Gesellschaften: zwar physisch in Lateinamerika, leben sie geistig und kulturell in der vollentwickelten europäisch-nordamerikanischen Industriegesellschaft". Hans-Albert Steger: "Sozialrevolution Fidel Castros in Cuba (1959-1962)". Mimeografado, p. 9.
- 8) Paulo Freire: "Education et Conscientisation" in "Développement et Civilisations", n° XXIII, Paris, Septembre 1965.
- 9) David McClelland: "Padrões Motivadores no Sudeste da Ásia com especial referência ao caso chinês", in "Sociologia", São Paulo, setembro de 1964, n° 3, pp. 307 ss.
- 10) Everett E. Hagen: "Como se inicia o Desenvolvimento Econômico" in "Sociologia", São Paulo, setembro de 1964, n° 3, pp. 321 ss.
- 11) Ver Celso Furtado: "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento", Rio 1963. Capítulo "Elementos de uma Teoria do Subdesenvolvimento" — pp. 163-193.
- 12) Ver Fernando de Oliveira Mota: "Manual do Desenvolvimento Econômico", cit., pp. 250-251.
- 13) Emílio Willems: "Uma Vila Brasileira" Tradição e Transição, São Paulo, 1961.
- 14) Arnold Bergstraesser: "Gedanken zu Verfahren und Aufgaben der kulturwissenschaftlichen Gegenwartsforschung" in: Gottfried-Karl Kindermann (editor) "Kulturen im Umbruch. Studien zur Problematik und Analyse des Kulturwandels in Entwicklungslandern" Freiburg im Breisgau, 1962, p. 415.

II

- 1) Ver, a respeito das teorias econômicas do desenvolvimento, além das obras clássicas, o livro de B. F. Hoselitz (ed) — "Theories of Economic Growth", Illinois 1960; a obra de Celso Furtado "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento" (primeira edição: Rio 1961) Rio 1963, de que nos serviremos adi-

ante, e a de Fernando de Oliveira Mota "Manual do Desenvolvimento Econômico", Rio 1964. Nessas obras encontra-se uma exposição analítica das diversas teorias.

- 2) Furtado, "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento", cit. p. 19.
- 3) Caldeiran Beltrão: "Sociologia do Desenvolvimento", Pôrto Alegre 1965, p. 115.
- 4) Raymond Aron e Bert F. Hoselitz (ed): "Le Developpment Social": "La Théorie du Developpment et l'Interprétation Historique de l'Epoque Contemporaine", pp. 87-116.
- 5) Rudolf Bicánic: "Comment ne pas Développer un Pays. Essai de Pathologie Économique "em Tiers Monde, Tome VII nº 26, Puf, Avril-juin 1966, p. 255.
- 6) Sobre os conceitos de crescimento e desenvolvimento ver François Perroux: "Les Blocages de la Croissance et du Développement. La Croissance, le Développement, les Progrès, le Progrès (Définitions)" em Tiers Monde, cit. pp. 239-250.
- 7) "The Stages of Economic Growth" Cambridge, 1960.
- 8) Há, pelo menos, mais 161 definições diferentes de cultura, segundo Kroeber e Kluckhohn: "Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions" (Citado em "Human Behavior: an Inventory of Scientific Findings", Berelson e Steiner, New York, Chicago, Burlingame, 1964, pp. 643-644).
- 9) Emilio Willems em "Cultura", Dicionário de Sociologia Globo, Pôrto Alegre, 1963.
- 10) Sobre a racionalização ver: Morris Ginsberg: "Towards a Theory of Social development: The Growth of Rationality" in Aron-Hoselitz (ed): "Le Développement Social", cit. pp. 27 ss. e os artigos que lhe seguem, sobretudo o do próprio Raymond Aron, que pergunta pertinentemente: "... il est rationnel de se donner les armes nécessaires pour vaincre, mais est-il rationnel, pour l'ensemble des belligérants, d'employer des bombes au phosphore afin d'encendier les villes, ou des bombes atomiques afin de tuer d'un coup des dizaines de milliers de personnes?" (p. 100). Por isso preferimos reter como relevante unicamente a racionalização do sistema de produção.
- 11) Ruth Benedict: "Patterns of Culture", London, 1955, pp. 139 ss.
- 12) Cit., p. 91.
- 13) Cit., p. 32.
- 14) Bert F. Hoselitz: "Social Aspects of Economic Growth", New York 1962, p. 59.
- 15) James M. Morgan: "Individual Economic Behavior as the link between Personality and Economic Development" in Sociologia, setembro de 1964 Vol. XXVI nº 3 p. 379.
- 16) Cit., pp. 63-64.
- 17) Robert Redfield: "The People of Yucatan".

Aspectos da mudança social planejada

SYLVIO LORETO

1 — Características da estrutura social

A expressão sociedade é genérica e encerra um conceito um tanto abstrato. O que existe na realidade concreta são *as sociedades*, com seus elementos de formação, seus fatores condicionantes. Para significar uma sociedade radicada em um determinado meio geográfico, pode ser utilizada a expressão *comunidade*. Trata-se de um conceito retirado da Ecologia Humana ou Social, mas de imenso valor funcional.

"Êstes dois aspectos da associação humana, esclarece Donald Pierson, estão indissolúvelmente ligados entre si e raramente, ou nunca, existem separados. Para fins de análise e pesquisa é conveniente, porém, distinguir um do outro". (Teoria e Pesquisa em Sociologia, Edições Melhoramentos, 5º Ed., p. 117).

Tratando do mesmo assunto, Caroline Ware, adverte textualmente em seu tão comentado "Organizacion de la Comunidad para el Bien Estar Social:

"O conceito da comunidade não é um conceito limitado. Pode aplicar-se a qualquer grupo que tenha interesses comuns ou que esteja interrelacionado em razão de sua localidade, função ou administração" (p. 12).

Ora, sendo a comunidade uma sociedade concreta e situada, cada uma possui seus problemas e características que lhes são peculiares, aspectos que lhes são totalmente próprios.

Por outro lado "a característica essencial do funcionamento da estrutura social é a estreita e complexa interdependência que